

## Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO		
<b>Local:</b> ARPB	<b>Data:</b> 14/10/2016	<b>Hora:</b> 09h00 às 11h00
<b>Pauta:</b> -Leitura da ata da reunião anterior; -Apresentação do Programa Brasil Transparente; -Discussão sobre o Programa Paraíba Transparente; -Avaliação do Relatório de Fiscalização da CGU – Pontos de Trabalho; -Outros assuntos; -Agendamento da próxima reunião.		
<b>Presentes:</b> Waldir Porfírio, Gilmar Martins, Sebastião Lucena, Ricardo Lavôr, Tânia Brito, Gabriel Wright, Eduardo Albuquerque, Nildo Nunes, Marcos Henriques e Silva e Antônio Tabosa.		
<b>Ausentes:</b> Livânia Farias (não justificada), João Bosco C. Júnior (não justificada), Aluízio Bezerra Filho (não justificada), Bertrand Asfora (justificada),		

A 6ª reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC iniciou com a fala do Conselheiro Marcos Henriques propondo que o Conselheiro Antônio Tabosa o substituísse na titularidade de representante da CUT no CTPCC, em razão de sua eleição a vereador da capital paraibana. Na sequência, o Conselheiro Gilmar Martins fez a leitura da ata da última reunião realizada no dia 26.08.2016. Os Conselheiros Waldir Porfírio e Ricardo Lavôr solicitaram que ficasse claro que a ata da última reunião é do tipo declaratória, uma vez que não houve quórum suficiente para deliberação, embora o mesmo fosse suficiente para sua realização. O Conselheiro Gilmar Martins esclareceu aos demais membros do Conselho que, conforme acordado na última reunião, foi convidado representante da Secretaria de Secretaria de Estado da Comunicação Institucional - SECOM para acompanhar e registrar a reunião, porém até o momento o mesmo não havia comparecido. O Conselheiro Gilmar Martins informou que vem realizando reuniões com o Grupo Técnico de Comunicação e Transparência – GTCT, vinculado ao Sistema Integrado de Governança do Estado - SIGE, visando a inserção do CTPCC no Portal de Transparência do Governo. Na sequência, propôs aos demais Conselheiros a realização de um evento para dar publicidade à regulamentação da Lei Anticorrupção como uma ação do CTPCC. O Presidente do Conselho, Waldir Porfírio, sugeriu que o evento fosse realizado no mês de dezembro, com a assinatura do ato por parte do Governador do Estado, durante a realização do referido evento. O Conselheiro Gabriel Wright sugeriu que o evento fosse realizado no dia 09 de dezembro, data em que se comemora o Dia Internacional de Combate à Corrupção. O Conselheiro Ricardo Lavôr sugeriu que o evento fosse realizado durante uma semana, com eventos conjuntos, onde contaria com a participação do FOCCO-PB,

CGE, entre outros órgãos. O Conselheiro Waldir Porfírio ficou responsável por agendar com o Governador do Estado a data para realização do evento. Dando continuidade a reunião o Conselheiro Gabriel Wright deu início a apresentação do Programa Brasil Transparente e contou com o auxílio do Auditor da CGU, Dr. Rodrigo Paiva. Durante a apresentação o Conselheiro salientou que o Governo do Estado é um cliente muito importante para a CGU e colocou o órgão à disposição do Governo do Estado para realizar capacitações de conscientização às secretarias de estado sobre a importância da transparência pública. Lembrou que o Governo do Estado ainda não concretizou a assinatura do Termo de Adesão ao Programa Brasil Transparente da CGU, ao qual está vinculada a referida capacitação. A Conselheira Tânia Brito registrou que sua ideia em relação ao Programa Paraíba Transparente seria, basicamente, dar conhecimento aos municípios sobre a regulamentação da Lei Anticorrupção. Propôs também convocar os responsáveis pelo SIC para uma nova capacitação. O Conselheiro Waldir Porfírio decidiu incluir como proposta a ser levada ao Governador do Estado, além da assinatura do decreto de regulamentação da Lei Anticorrupção, a formalização de adesão por parte do Governo do Estado ao Programa Brasil Transparente da CGU. O Conselheiro Gilmar Martins registrou que achava importante a adesão ao citado programa da CGU, e prosseguiu dizendo que seria interessante que no próximo ano fosse realizada nova capacitação sobre o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, iniciando com uma plenária para os gestores dos órgãos e outra para as autoridades de monitoramento de cada órgão. O auditor da CGE, Dr. Rodrigo Paiva, propôs realizar o curso de qualificação à distancia para os servidores estaduais. O Conselheiro Waldir Porfírio ficou de sugerir à ESPEP a inclusão deste curso de capacitação em sua grade de cursos do próximo ano. A Conselheira Tânia Brito ressaltou a importância de atentar para a linguagem cidadã, e disse que hoje são divulgados apenas documentos técnicos e propôs aprofundar este tema no próximo ano. O Conselheiro Marcos Henriques propôs a realização de um evento (mobilização social), no mês de dezembro, incluindo caminhada e café da manhã, envolvendo outras entidades. O Conselheiro Nildo Nunes completou dizendo que um evento deste tipo é muito importante para chamar a atenção e mobilizar a sociedade para importância de atentar para a transparência pública. O Dr. Rodrigo Paiva propôs colocar o dia 09/12 no calendário escolar paraibano, como data comemorativa nas escolas de ações de combate a corrupção. O Conselheiro Waldir Porfírio ficou de conversar com o Secretário de Estado da Educação sobre a sugestão do auditor da CGU. Na sequência, o Dr. Rodrigo Andrade deu início a apresentação do Programa de Fiscalização em Entes Federativos – 2ª edição (Relatório). Relatou que o relatório teve o objetivo de expor os principais pontos para discussão, lembrando que o relatório está disponibilizado na íntegra no site da CGU ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)). O auditor da CGU, Dr. Rodrigo Andrade, ressaltou que foram selecionados para fiscalização alguns ministérios que haviam conveniado com o Governo do Estado da Paraíba e foram encontrados alguns achados de auditoria, a exemplo do: Programa Nacional de Alimentos Escolares – PNAE, Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Viaduto Geisel e o Sistema Nacional de Emprego - SINE. Ao final da apresentação o Conselheiro Gilmar Martins recordou os objetivos do CTPCC e questionou se o relatório apresentado serviria para nortear os futuros trabalhos do conselho, uma vez que a fiscalização das ações governamentais estavam a cargo dos órgãos de controle externo, a exemplo dos Tribunais de Contas, Ministério Público etc. O Conselheiro Sebastião Lucena fez

um aparte dizendo que o relatório deveria ser divulgado com as justificativas apresentadas pelo estado. O Conselheiro Gabriel Wright defendeu o relatório apresentado, por entender que era uma forma de propor medidas corretivas às ações desenvolvidas pelo estado. A Conselheira Tânia Brito julgou importante a apresentação do relatório da CGU. O Conselheiro Ricardo Lavôr concordou com a apresentação do relatório, porém, ponderou questionando o que será feito em relação as recomendações presentes no documento. Em seguida, questionou quais relatórios/documentos deverão ser objeto de discussão no CTPCC. O Conselheiro Nildo Nunes se posicionou dizendo que este Conselho foi formado com este objetivo, discutir assuntos pertinentes a transparência pública. O Conselheiro Marcos Henriques se posicionou dizendo que ficou satisfeito com a apresentação do relatório, pois julga importante saber o que o governo está fazendo para sanar os problemas apontados. Prosseguiu dizendo que o Conselho tem como objetivo apontar as possíveis faltas, ao Poder Executivo, como forma de colaborar para o avanço da transparência pública no Estado. A Conselheira Tânia Brito disse que como Ouvidora Geral do Estado, também tem a intenção de trazer seus relatórios para discussão neste Conselho e propôs um grande encontro com as entidades de controle social do Estado. Em seguida, o Conselheiro Gabriel Wright argumentou que não tem a intenção de transformar este Conselho em um tribunal, julgando relatórios, e sim para levantar pontos de controle e apontar melhorias. Ao final, se colocou a disposição para esclarecimento dos pontos do relatório que poderiam ainda suscitar dúvidas. O Dr. Rodrigo Andrade destacou como ponto positivo a gestão da UPAs citadas no relatório, com destaque para a UPA da cidade de Cajazeiras que poderia ser modelo para as demais. Por fim, o presidente do Conselho, Waldir Porfírio, concluiu que a reunião foi muito proveitosa e incentivou que fossem trazidos outros relatórios para discussão no âmbito do CTPCC. Em seguida, ficou definido como data para a próxima reunião o dia 05/12, às 09h00, na ARPB. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Gianka Cunha, a presente ata, com a anuência e todos os presentes acima nominados e referenciados.